



**Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)**

Administração de Empresas: Estratégia e Processo Decisório 2

Atena
Editora
Ano 2020



**Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)**

Administração de Empresas: Estratégia e Processo Decisório 2

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração de empresas: estratégia e processo decisório
2 / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. -
Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-600-3

DOI 10.22533/at.ed.003200312

1. Administração de empresas. 2. Processo. I. Silva,
Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 658.4

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

A obra “Administração de Empresas: Estratégia e Processo Decisório 2”, publicada pela Atena Editora, reúne um conjunto de vinte capítulos que abordam diferentes temas que permeiam o campo da administração, com foco em estratégia e processo decisório. Destaca-se que compreender os fenômenos organizacionais é o caminho para o avanço e a consolidação da ciência da administração, possibilitando a construção de um arcabouço teórico robusto e útil para que gestores possam delinear estratégias e tomar decisões eficazes do ponto de vista gerencial.

Nesse contexto, este livro emerge como uma fonte de pesquisa rica e diversificada, que explora a administração em suas diferentes faces, abrangendo estudos desenvolvidos em diferentes contextos organizacionais. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

IMPACTOS DO GERENCIAMENTO LINEAR EM PROJETOS DE INOVAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A INDÚSTRIA DE LINHA BRANCA

Robinson Aurélio Miolo
Antonio Wendell de Oliveira Rodrigues
Tecia Vieira Carvalho
André Luiz Carneiro de Araújo

DOI 10.22533/at.ed.0032003121

CAPÍTULO 2..... 15

O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO: ESTUDO DE CASO DE UMA EMPRESA BRASILEIRA DO SETOR DE BISCOITOS E MASSAS ALIMENTÍCIAS

Érica da Cunha Pinheiro
Laura Marina Valencia Niño

DOI 10.22533/at.ed.0032003122

CAPÍTULO 3..... 34

CULTURA ORGANIZACIONAL E ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO PÓS-AQUISIÇÃO: UM ESTUDO DE CASO NO SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

Claudio Luis Costa Mello
Luis Fernando Filardi Ferreira
Bianca de Assis Rangel Sá
Matheus dos Santos
Renato Souza dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.0032003123

CAPÍTULO 4..... 51

GOVERNANÇA CORPORATIVA EM UMA INDÚSTRIA DE CALÇADOS

Camerino Lopes Furtado
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino
Clayton Robson Moreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.0032003124

CAPÍTULO 5..... 70

A IMPORTÂNCIA DA CONTROLADORIA PARA AS ORGANIZAÇÕES: UM COMPARATIVO ENTRE UM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA E UMA EMPRESA PRODUTIVA

Osnei Francisco Alves
Daniel Massakazu Onaka

DOI 10.22533/at.ed.0032003125

CAPÍTULO 6..... 83

MUDANÇAS NO SIMPLES NACIONAL E SEU IMPACTO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA

Jonatan da Costa
Luiz Carlos Lunguinho de Moraes
José Inácio Lopes Lima

Antoniél dos Santos Gomes Filho
Márcio Henrique Marques da Cunha
Ednael Macedo Felix

DOI 10.22533/at.ed.0032003126

CAPÍTULO 7..... 96

PEQUENOS NEGÓCIOS ADMINISTRADOS POR EMPREENDEDORES COM BAIXA ESCOLARIDADE: UM ESTUDO SOBRE AS DIFICULDADES NA GESTÃO

Jéssica Fernanda Pinheiro dos Santos Mendes
Alberto Paschoal Trez

DOI 10.22533/at.ed.0032003127

CAPÍTULO 8..... 108

O MARKETING EMPREENDEDOR EM REDES: UMA ANÁLISE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO RAMO DA CONFEITARIA ARTESANAL

Paola Rosano Rodrigues
Cristiane Ferreira de Souza Araujo
Paulo Vanderlei Cassanego Junior

DOI 10.22533/at.ed.0032003128

CAPÍTULO 9..... 128

FOMENTO A LAS EXPORTACIONES DE PEQUEÑOS AGRICULTORES EN EL DEPARTAMENTO DEL META- COLOMBIA

Manuel Antonio Moreno Riveros
Dayan Camila Pulido
Kilian Esther Sierra
Cristian Orlando Avila Quiñones

DOI 10.22533/at.ed.0032003129

CAPÍTULO 10..... 143

A PSICODINÂMICA DO TRABALHO EM POLOS TURÍSTICOS DA CIDADE DE FORTALEZA: TRAMAS PSICOSSOCIAIS EM DIFERENTES AMBIENTES DE TRABALHO

Roberta Dutra de Andrade
Gisele Aparecida Chaves Antenor
Carlos Ítalo de Oliveira
Fabiola Gomes Farias

DOI 10.22533/at.ed.00320031210

CAPÍTULO 11..... 163

PROCESSO DECISÓRIO PARA INTERIORIZAR AÇÕES DEMOCRATIZANDO CONHECIMENTO: É UMA QUESTÃO DE RAZÃO, POSSIBILIDADE OU PROBABILIDADE?

Simone de Souza Guimarães

DOI 10.22533/at.ed.00320031211

CAPÍTULO 12..... 185

RELAÇÕES EXISTENTES NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE DESEMPENHO E

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

Fernanda Nadal

DOI 10.22533/at.ed.00320031212

CAPÍTULO 13..... 199

ECONOMIA CIRCULAR: A PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

Élida da Silva Pereira

Luan Gomes Ribeiro

Alexandre Jorge Gaia Cardoso

DOI 10.22533/at.ed.00320031213

CAPÍTULO 14..... 213

A INFLUÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE NA DECISÃO DO CONSUMIDOR: UMA ANÁLISE NO SETOR AUTOMOTIVO

Túlio Gonçalves Gomes

Marcílio Ribeiro Borges

Fabiane de Deus Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.00320031214

CAPÍTULO 15..... 231

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL UTILIZANDO A FERRAMENTA *FLOURISHING BUSINESS CANVAS*

Josanne Cristina Ribeiro Ferreira Façanha

Glailton Robson Costa Pinto

Inácio Ferreira Façanha Neto

DOI 10.22533/at.ed.00320031215

CAPÍTULO 16..... 252

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO APLICADO A EMPRESA JÚNIOR DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA UFRPE

Jéssica Natália da Silva Barbosa

Matheus Silvestre Silva

Isabella de Barros Ferreira

Cristiani Viegas Brandão Grisi

Adriano da Silva Marques

DOI 10.22533/at.ed.00320031216

CAPÍTULO 17..... 265

PROSPECÇÃO DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DE ENSINO SUPERIOR

Marcelo da Costa Borba

Josefa Edileide Santos Ramos

Bibiana Melo Ramborger

Elenice da Silva Moraes

Andréa de Fátima de Oliveira Rêgo

Alessandra Carla Ceolin

João Armando Dessimon Machado

DOI 10.22533/at.ed.00320031217

CAPÍTULO 18.....279

USABILIDADE DOS PORTAIS CORPORATIVOS DIRECIONADOS À COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO DE CASO

Marcos Vinícius Mendonça Andrade

Sandra Lopes Coelho

Anderson Alves Vianna

DOI 10.22533/at.ed.00320031218

CAPÍTULO 19.....292

A PERCEPÇÃO DISCENTE SOBRE A UTILIZAÇÃO DE BLOGS E MAPAS CONCEITUAIS COMO FERRAMENTAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA ENSINO E APRENDIZAGEM

Rosa Amelita Sá Menezes da Motta

Biancca Scarpeline de Castro

Altemar Sales de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.00320031219

CAPÍTULO 20.....308

PERCEPÇÕES DE PROFESSORES DE ADMINISTRAÇÃO SOBRE O PAPEL DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA FORMAÇÃO DE SEUS ALUNOS

Alipi Emilio Ribeiro Lopes

Jeferson Margon

DOI 10.22533/at.ed.00320031220

SOBRE O ORGANIZADOR.....320

ÍNDICE REMISSIVO.....321

CAPÍTULO 6

MUDANÇAS NO SIMPLES NACIONAL E SEU IMPACTO NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA

Data de aceite: 01/12/2020

Data de submissão: 03/09/2020

Jonatan da Costa

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Cajazeiras - FAFIC
Icó-Ceará
<http://lattes.cnpq.br/8794314348491245>

Luiz Carlos Lunguinho de Moraes

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Cajazeiras – FAFIC
Cajazeiras-Paraíba
<http://lattes.cnpq.br/3106947816441532>

José Inácio Lopes Lima

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
– UERN
Icó-Ceará
<http://lattes.cnpq.br/0598419717373305>

Antoniél dos Santos Gomes Filho

Centro Universitário Vale do Salgado - UniVS
Icó- Ceará
<http://lattes.cnpq.br/9563145614494252>

Márcio Henrique Marques da Cunha

Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Fortaleza- Ceará
<http://lattes.cnpq.br/3866685797504857>

Ednael Macedo Felix

Universidade de Fortaleza – UNIFOR
Fortaleza-Ceará
<http://lattes.cnpq.br/1231915953131426>

RESUMO: Dada a importância das micro e pequenas empresas para o sistema econômico brasileiro, o Simples Nacional potencializa o incentivo a competição entre as empresas, sejam elas do setor primário, setor secundário ou terciário. Assim, o texto aqui proposto busca discutir as alterações que o sistema tributário do Simples Nacional trouxe no ano de 2018 em função da Lei Complementar nº 155/2016. Objetivasse com isso demonstrar os principais impactos das mudanças ocorridas no Simples Nacional para as empresas do alto sertão da Paraíba. Como aparato metodológico aplicou-se um questionário estruturado junto a dez empresas dos setores de comércio e prestadoras de serviços, obtendo os dados junto às empresas e a um escritório de contabilidade responsável, no um período compreendido entre janeiro de 2017 a janeiro de 2018. Da análise dos resultados pode-se constatar que para algumas das empresas houve benefícios e para outras acarretou desvantagens, tais como o aumento das alíquotas dos impostos. Como por exemplo, as empresas prestadoras de serviços do ramo laboratorial, que mais sofreram mudanças já que a forma como é calculado o imposto sofreu alterações, sendo o fator “r” um dos principais responsáveis por essa mudança, já que graças a ele é determinado o anexo do Simples Nacional no qual a empresa prestadora de serviços se enquadrará. Já as empresas do comércio foram às menos afetadas, contudo também sofreram alterações.

PALAVRAS-CHAVE: Simples Nacional, Tributos, Alterações, Vantagens, Desvantagens.

CHANGES IN THE SIMPLE NATIONAL AND ITS IMPACT ON MICRO AND SMALL COMPANIES IN THE HIGH SERTÃO DA PARAÍBA

ABSTRACT: Given the importance of micro and small companies to the Brazilian economic system, Simple national enhances the incentive for competition between companies, whether in the primary, secondary or tertiary sectors. Thus, the text proposed here seeks to discuss how changes that the tax system of Simple national brought in 2018 due to Complementary Law No. 155/2016. Thus, the objective was to demonstrate the main impacts of the changes that occurred in Simple national for companies in the highlands of Paraíba. As a methodological apparatus, a structured questionnaire was applied to ten companies in the commercial sectors and service providers, obtaining the data from the companies and a responsible accounting office, no period between January 2017 and January 2018. From the analysis of the results it can be seen that for some companies there were benefits and others had disadvantages, such as the increase in tax rates. For example, laboratory service companies, which have undergone the most changes since the way it is, the tax has undergone changes, with the “r” factor being one of the main factors responsible for this change, since thanks to it, determined the Annex of the Simple national in which the service provider company will fit. Commercial companies were the least affected, however, they also underwent changes.

KEYWORDS: Simple National, Taxes, Changes, Advantages, Disadvantages.

1 | INTRODUÇÃO

Dada a importância das micros e pequenas empresas para o sistema econômico brasileiro, o Simples Nacional cria facilidades para incentivar a competição entre as empresas que abrangem os setores da economia; setor primário, setor secundário e setor terciário.

O regime tributário do Simples Nacional ou Supersimples traz inúmeras vantagens para as empresas que estão nesse regime de tributação. Vigorando desde o ano de 2007 substituindo o antigo Simples Federal de acordo com a Lei Complementar N° 123/2006. Um regime simplificado que reduz os processos burocráticos, desse modo incentiva que várias empresas saiam da informalidade.

Uma das vantagens que o Simples Nacional implementa é a unificação de diferentes tributos, haja vista que são recolhidos em uma única guia de arrecadação chamada Documento de Arrecadação do Simples Nacional - DAS, logo, oito diferentes contribuições, Imposto de renda da pessoa jurídica - IRPJ, Impostos sobre produtos industrializados - IPI, Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL, Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS, Programa de Integração Social - PIS, Instituto nacional do seguro social - INSS, Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS e Imposto Sobre Serviços de Quaisquer Natureza – ISSQN.

Outra vantagem é a possibilidade de que a carga tributária desse regime seja menor do que outros regimes tributários como exemplo o Lucro Real. Além das vantagens trabalhistas já que o empresário está liberado de 20% do INSS patronal, acaso na folha

de pagamento o que amortiza as obrigações trabalhistas. As empresas que estão no sistema de tributação do Simples Nacional tendem a ter maior facilidade no atendimento da legislação tributária, previdenciária e trabalhista.

As microempresas e empresas de pequeno porte são importantes para o desenvolvimento econômico do Brasil, levando em consideração que geram inúmeros empregos diretos, tendo como consequência o crescimento da economia. De acordo com dados do SEBRAE (2018), microempresas e empresas de pequeno porte são responsáveis por 27% do Produto Interno Bruto - PIB.

Diante desse cenário é possível indagar como ponto de partida desse trabalho, qual o impacto sofrido pelas pequenas empresas com as mudanças do Simples Nacional? Buscando como objetivo, demonstrar os principais impactos das mudanças ocorridas no Simples Nacional, tendo como espaço de pesquisa as empresas do alto sertão da Paraíba.

2 | ABORDAGEM GERAL SOBRE SIMPLES NACIONAL

O Simples Nacional ou Supersimples, regime compartilhado de arrecadação, fiscalização e cobrança de tributos aplicáveis às microempresas e empresas de pequeno porte, englobando os impostos: IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI (impostos federais), INSS (patronal), ICMS (imposto estadual) e ISSQN (municipal), além da redução de alguns encargos trabalhistas.

Com a vigência do simples facilitou-se a contabilidade das empresas, tornando assim mais rápida e eficaz a comunicação com os órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passando a vigorar a partir de 01 de julho de 2007. De acordo com o Art. 1º da Lei complementar nº 123, ficaram estabelecidas as normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere:

I - à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias;

II - ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias;

III - ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão;

IV - ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere o inciso IV do parágrafo único do art. 146, *in fine*, da Constituição Federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

Para as empresas que estão sujeitas a este regime de tributação, a receita bruta

anual permitida era de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), até dia 31 de dezembro de 2017, dentro desse limite de receita bruta o contribuinte faz o pagamento dos impostos por uma única guia chamada de Documento de Arrecadação do Simples - DAS.

2.1 Uma Década do Simples Nacional 2007 – 2017

Considerado por muitos economistas um sucesso, o simples nacional em seus 10 anos de vigência já gerou R\$ 555 bilhões para os cofres públicos - valores corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA - crescendo em mais de 400% a arrecadação de impostos. Nesse período, às Micro e Pequenas Empresas – MPE registraram um aumento na empregabilidade, chegando aos 10,9 milhões de novos postos de trabalho enquanto as médias e grandes empresas perderam 779 mil vagas. O impacto na economia foi direto, tendo em vista que a quantidade maior de empregos formais gera renda para o fisco (União, DF, Estados e Municípios), tendo por consequência mais poder para investir, de igual forma que o empregado agora com carteira assinada e com todos os direitos garantidos tem mais poder de compra, fazendo assim a rotatividade do comércio.

2.2 Mudanças para 2018

Aprovada em 2016 a Lei complementar nº 155/2016, intitulada como Lei crescer sem medo, é a norma que atualiza o simples nacional, tendo em vista que, já se falava em defasagem do valor do teto de faturamento para às Micro e Pequenas Empresas, que até então eram de R\$ 3.600.000,00 para R\$ 4.800.000,00 sendo MEP, e de R\$ 60.000,00 para R\$ 81.000,00 sendo Microempreendedor Individual - MEI. Outra mudança muito comemorada é a participação legal do investidor anjo, que segundo o site anjosdobrasil.net (2020) é o investimento efetuado por pessoas físicas com seu capital próprio em empresas nascentes com alto potencial de crescimento, como as *startups*, apresentando as seguintes características:

- I. é efetuado por profissionais experientes, que agregam valor para o empreendedor com seus conhecimentos, experiência e rede de relacionamentos além dos recursos financeiros, por isto é conhecido como *smart-money*;
- II. tem normalmente uma participação minoritária no negócio;
- III. Não tem posição executiva na empresa, mas apoiam o empreendedor atuando como um mentor/conselheiro.

Vale ressaltar que o investimento anjo não é uma atividade sem fins lucrativos e/ou com fins puramente sociais. O Investidor Anjo tem como principal objetivo aplicar seu capital em negócios com alto potencial de retorno, que conseqüentemente terão um grande impacto positivo para a sociedade através da geração de oportunidades de trabalho e de renda. O termo “anjo” é utilizado pelo fato de não ser um investidor exclusivamente financeiro que fornece apenas o capital necessário para o negócio, mas, por apoiar ao empreendedor aplicando seus conhecimentos, experiência e rede de relacionamento para orientá-lo e

aumentar suas chances de sucesso (ANJOSDOBRASIL.NET, 2020). O investidor anjo não se torna sócio da empresa, ou seja, ele não é responsável pelas obrigações empresariais.

2.2.1 Documento de Arrecadação do Simples Nacional - DAS

O DAS é o imposto que unifica vários tributos distintos: IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, PIS, INSS, ICMS e ISSQN. Cada um deles com a sua respectiva alíquota, variando de acordo com sua atividade empresarial, como comércio e prestação de serviços, essas alíquotas estão expostas nos anexos do Simples Nacional que vai do I ao V, o Cálculo do DAS leva em consideração a receita dos últimos 12 meses e a receita do período, além do tipo da Atividade econômica com a receita do período. Nos anexos do Simples Nacional estão às faixas que as empresas podem se enquadrar conforme sua receita bruta dos últimos doze meses, de acordo com essa receita a alíquota irá variar, para que o DAS seja calculado de acordo com tal receita.

O cálculo leva em consideração uma alíquota efetiva, que pode ser encontrada através da seguinte fórmula:

$$\frac{RBT12 \times Aliq - PD}{RBT12}$$

Onde:

RBT = Receita Bruta dos últimos 12 (doze) meses.

Aliq = A alíquota nominal encontrada nos Anexos I ao V

PD = Parcela a deduzir encontrada nos Anexos de I ao V

No anexo I do Simples Nacional estão às faixas de receita bruta para o comércio, no anexo II para as indústrias, e nos anexos de III ao V estão relacionados para as prestadoras de serviço.

Exemplo: Uma empresa do ramo de comércio tem sua receita bruta anual de R\$ 208.379,75 e sua receita do período de R\$ 27.720,00.

Com essa receita bruta anual a empresa irá se enquadrar na 2ª faixa do anexo I, portanto o cálculo será feito com base nas alíquotas lá expostas.

Alíquota efetiva = $(208.379,75 \times 7,30\%) - 5.940,00 / 208.379,75 = 4,45\%$.

4,45% será a alíquota efetiva. Depois que encontrada pode-se calcular o DAS:

Se pega a receita do período e a multiplica com a alíquota efetiva:

$$\begin{aligned} & \text{Receita do Período} \times \text{Alíquota} \\ & \text{R\$ } 27.720,00 \times 4,45\% = \text{R\$ } 1.233,54 \end{aligned}$$

Dessa maneira o valor a ser recolhido pela empresa será de R\$ 1.233,54.

Neste valor já estão calculados os oito tipos de tributos conforme suas respectivas alíquotas, tendo em vista que o somatório deles irá ser igual ao valor do DAS recolhido da empresa.

Vale ressaltar que o cálculo do DAS leva em consideração o tipo de atividade econômica e também quais os tipos de produtos que a empresa comercializa, já que existem produtos que são do tipo de substituição tributária e antecipação tributária; (substituição tributária o recolhimento do imposto devido por todos os destinatários de cadeia produtiva é recolhido ou pago pelo vendedor), já os de antecipação tributária o (recolhimento do imposto devido pelo destinatário é pago pelo adquirente).

2.3 Fator “R” Folha de Pagamento

O fato “R” afeta diretamente as empresas prestadoras de serviços, já que representa uma divisão salarial dos últimos 12 meses pela receita bruta anual, se o resultado dessa equação for igual ou maior que 28% a tributação será feita pelo anexo III da LC 123/2006, se for inferior a 28% a tributação será feita pelo anexo V da LC 123/2006.

Exemplo: Supondo que uma empresa do ramo laboratorial tem um custo salarial de R\$ 59.000,90 uma receita bruta anual de R\$ 204.300,04.

Aplicando-se a fórmula: . Neste caso o fator “r” faz com que essa empresa se enquadre no anexo III do Simples Nacional. Logo após se descobre em que anexo ela irá se encaixar será calculado o DAS.

Em alguns casos as mudanças do simples Nacional, veio para ajudar a micro e pequenas empresas, tendo em vista que neste caso a maioria das alíquotas dos tributos do anexo III são menores que em relação ao anexo V, exceto para as empresas que tem sua receita bruta anual entre R\$ 3.600.000,00 até R\$ 4.800.00,00, onde as alíquotas do anexo III são maiores.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto à natureza essa pesquisa pode ser descrita como pesquisa básica, pois objetiva gerar conhecimentos que sejam úteis ao avanço das ciências sociais aplicadas, toda via, sem aplicação prática prevista (FEITAS; PRODANOVA, 2013).

Já no que refere ao seu objetivo, se pode percebê-la como uma pesquisa exploratória, pois está se encontra na fase preliminar, e tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que se vai investigar, possibilitando sua definição e seu delineamento (FEITAS; PRODANOVA, 2013).

O fato de a pesquisa buscar uma avaliação entendendo o impacto das mudanças no simples nacional trata-se de um estudo com objetivo de caráter exploratório, e de cunho quantitativo. Gil (1999, *apud* BEUREN, 2009), destaca que a pesquisa exploratória é desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato.

A pesquisa condicionou-se a um breve embasamento bibliográfico, buscando com isso amparar as abordagens teóricas, refletindo apoio nos fatos. A respeito das pesquisas bibliográficas, Gil (2007, p. 44) diz que “os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema”.

Quanto à estratégia de pesquisa documental adotada nesse trabalho, Fonseca (2002) propõe que segue a trilha, os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, de modo que, recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, dispensando o tratamento analítico.

Quanto à coleta de dados, foi aplicado o instrumento de questionário, sendo este aplicado em dez empresas dos setores de comércio e prestação de serviços. A análise se deu buscando identificar os impactos das mudanças no sistema tributário do simples nacional. Tendo a obtenção dos dados ocorridos mediante busca junto às empresas e o escritório de contabilidade responsável, sendo o responsável pelas empresas e pelas as informações necessárias no período de janeiro de 2017 a janeiro de 2018.

A análise dos resultados aconteceu de acordo com Miles e Huberman (1994) e Eisenhardt (1989), que afirmam que a análise dos resultados tem particular importância para o método de estudo de caso por envolver procedimentos mais complexos, na medida em que requer a construção de categorias de análise. Após a obtenção dos dados, eles foram tratados e estruturados de forma fiel e organizada, buscando descrever a situação encontrada nas empresas consultadas.

4 | ANÁLISE DE RESULTADOS

O tipo de atividade econômica que a empresa realiza influencia diretamente na hora do cálculo do seu imposto, elas podem exercer essa atividade na forma de comércio, indústria ou prestação de serviços. As mercadorias que as empresas comercializam é outro fator importante, porque o seu tipo pode ser na forma de substituição tributária, antecipação tributária ou isentas.

As atividades econômicas deverão ser informadas para fins de cálculo, elas podem ser de acordo com o manual PGDAS-D e DEFIS para 2018:

1. Revenda de mercadorias, exceto para o exterior:
 - sem substituição tributária/tributação monofásica/antecipação com encerramento de tributação (o substituto tributário do ICMS deve utilizar essa opção):
 - com substituição tributária/tributação monofásica/antecipação com encerramento de tributação (o substituído tributário do ICMS) deve utilizar essa opção:
2. Revenda de mercadorias para o exterior;

3. Venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte, exceto para o exterior:
 - sem substituição tributária/tributação monofásica/antecipação com encerramento de tributação (o substituto tributário do ICMS deve utilizar essa opção);
 - com substituição tributária/tributação monofásica/antecipação com encerramento de tributação (o substituído tributário do ICMS deve utilizar essa opção);
4. Venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte para o exterior;
5. Locação de bens móveis, exceto para o exterior;
6. Locação de bens móveis para o exterior;
7. Prestação de Serviços, exceto para o exterior:
 - Escritórios de serviços contábeis autorizados pela legislação municipal a pagar o ISS em valor fixo em guia do Município;
 - Sujeitos ao fator “r”, sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s);
 - Sujeitos ao fator “r”, sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio Município do estabelecimento;
 - Sujeitos ao fator “r”, com retenção/substituição tributária de ISS;
 - Não sujeitos ao fator “r” e tributados pelo Anexo III, sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s);
 - Não sujeitos ao fator “r” e tributados pelo Anexo III, sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio Município do estabelecimento;
 - Não sujeitos ao fator “r” e tributados pelo Anexo III, com retenção/substituição tributária de ISS;
 - Sujeitos ao Anexo IV, sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido a outro(s) Município(s);
 - Sujeitos ao Anexo IV, sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio Município do estabelecimento;
 - Sujeitos ao Anexo IV, com retenção/substituição tributária de ISS.

Conforme a pesquisa realizada *in loco* com dez empresas de diferentes atividades econômicas foi constatado que 20% são do tipo prestadora de serviços, sendo elas denominadas de empresas 1 e 6, estão sujeitas ao fator “r”, sem retenção/substituição tributária de ISS, com ISS devido ao próprio Município do estabelecimento. E 80% são da área do comércio, com revendas de mercadorias, exceto para o exterior, sem substituição tributária/tributação monofásica/antecipação com encerramento de tributação, com substituição tributária/tributação monofásica/antecipação com encerramento de tributação.

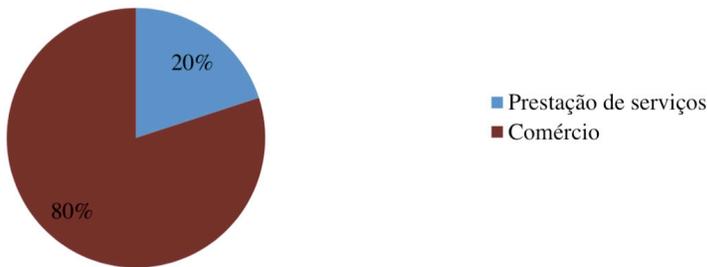


Gráfico 1 - Atividades econômicas
 Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

A mudança que o Simples Nacional trouxe para 2018 influenciou diretamente nas empresas, e de acordo com a pesquisa feita as mais afetadas foram às prestadoras de serviço, algumas vezes trazendo benefícios tais como: diminuição na tributária incidente diretamente no serviço prestado e diminuição na tributação incidente na folha de pagamento – falaremos mais adiante – contudo, algumas desvantagens podem existir à depender da faixa onde se encontra a empresa podendo ter suas alíquotas majoradas, variando de empresa para empresa.

A venda de mercadorias é outro fator importantíssimos para que as empresas possam obter a sua receita; a forma que essa mercadoria é tributada vai influenciar diretamente no valor do imposto a ser pago pela instituição. Das 10 (dez) empresa examinadas 80% são do ramo do comercio e desses 80% foi constatado de acordo com a pesquisa que 37,5% comercializam apenas produtos de antecipação tributaria, ou seja, imposto devido pelo destinatário é pago pelo adquirente e 62,5% comercializam algum produto de substituição tributária como tributação monofásica ou não e também mercadorias sujeitos a antecipação tributaria, pago pelo vendedor. Observem de acordo com o Gráfico 2.

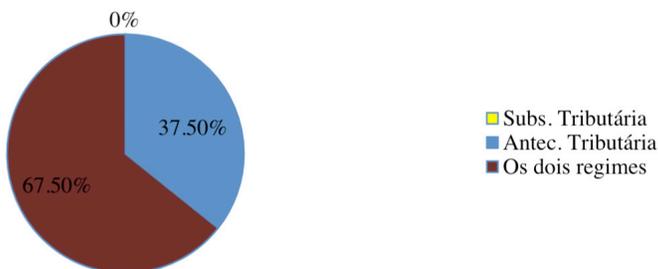


Gráfico 2 - Forma de tributação das mercadorias
 Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

Em termos de arrecadação para o governo é bem mais prático trabalhar com produtos de substituição tributária, porque é mais fácil arrecadar o imposto diretamente com as indústrias do que com o comerciante, sendo mais dificultosa a prática ilícita de sonegação de impostos. Segundo o site e-auditoria.com (2020) os dados do Comitê Nacional dos Secretários da Fazenda, Receita ou Finanças - COMSEFAZ mais de 35% de arrecadação de ICMS são oriundos de produtos com substituição tributária. Por isso a tendência é que cada vez mais produtos se tornem substituição tributária.

O setor pessoal de uma empresa é sem duvidas um dos setores mais importantes. Das empresas examinadas; 30% tem pelo menos 1 funcionário, outros 30% tem 4 funcionários, 30% tem pelo menos 2 funcionários e 10% tem ao menos 3 funcionários. De acordo com o Gráfico 3.

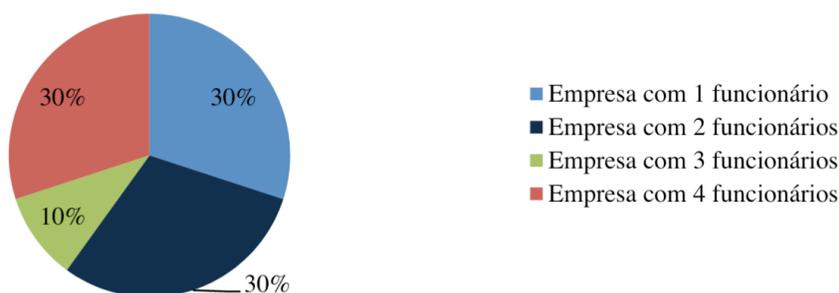


Gráfico 3 - Número de funcionários

Fonte: Dados da Pesquisa (2018).

No caso das prestadoras de serviços do ramo laboratorial, que são as empresas 1 e 6, seu quadro de funcionários influenciou diretamente na calculo do DAS, por consequência do fator “R” em que elas estão sujeitas. A empresa denominada 1 (um) tem em sua folha de pagamento 4 funcionários incluindo o proprietário, tendo mais empregados do que a empresa denominada 6 (seis), que tem apenas 2 funcionários incluindo o proprietário. Neste caso em questão, a empresa 1 foi beneficiada com a diminuição das alíquotas no cálculo do DAS, se encaixando no Anexo III do simples nacional (alíquotas menores) ao invés do anexo V (alíquotas são maiores). Enquanto a empresa 6 por conta do gasto com folha de pagamento ser inferior à 28% do seu faturamento aplica-se o chamado fator “r” incluindo-a no anexo V do Simples Nacional onde as alíquotas para sua faixa de faturamento são maiores, dessa forma aumentando o valor do imposto a pagar.

Conforme alguns anexos do Simples Nacional foram revogados, as alíquotas que o imposto é calculado sofreram alterações, dessa maneira ocasionando algumas alterações como aumento ou redução, senão, vejamos: das empresas que foram consultadas 30%

registraram uma redução da sua alíquota de imposto de acordo com os anexos do simples nacional e 70% das empresas constataram que houve um aumento do seu imposto mensal.

De acordo com Soares (2013) a Seguridade Social é financiada por toda a sociedade, notadamente, pelas empresas que devem recolher sua Contribuição Social - INSS sobre a remuneração total paga aos seus trabalhadores. Ao examinar as empresas constatou-se que 50% delas tiveram um aumento no seu INSS patronal das quais são: 1, 6, 8, 9, 10. E ocasionalmente os outros 50% das empresas quais são: 2, 3, 5, e 7, não sofreram alterações no seu INSS patronal. Vale ressaltar que as empresas que sofreram alterações são prestadoras de serviços e um mesmo ramo de atividade econômica, e também empresas da área do comércio e que as alíquotas de cálculo varia conforme o grau de risco contida no Anexo V do Decreto 3.048, de 1999.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças que o simples nacional trouxe para o ano de 2018 de acordo com a Lei Complementar nº 155/2016 foram muito importantes no ramo empresarial já que houve alterações nas alíquotas dos impostos e forma do cálculo, também a regulamentação do investidor anjo.

Não se deve rotular que as mudanças implementadas pelo Simples Nacional são benéficas para todos os tipos de empresas, já que se comprovou que algumas delas foram “prejudicadas” com essas alterações da Lei, como também algumas dessas empresas foram beneficiadas. Exemplificando, as prestadoras de serviço que se enquadram no anexo III foram beneficiadas com a diminuição da alíquota do imposto, porém as que não se enquadram tiveram um significativo aumento de acordo com sua receita mensal apurada. As empresas de atividade comercial de acordo com a pesquisa não são tão afetadas com essas mudanças, porém em alguns casos foi constatado aumento nas alíquotas dos impostos e do INSS patronal.

Portanto, pode-se concluir que as referidas alterações na Lei impactaram as entidades tributadas pelo Simples Nacional de maneira distinta, ou seja, empresas do mesmo segmento (prestadoras de serviço) podem sofrer aumento nas alíquotas em razão do seu faturamento e da sua folha de pagamento (fator “r”), sendo de fato, constatado pela presente pesquisa que as empresas pesquisadas revendedoras de mercadorias não sofreram maiores impactos, tal qual o setor de serviços.

REFERÊNCIAS

E-AUDITORIA.COM. **substituição tributaria diminuem sonegação**. Disponível em <<http://www.e-auditoria.com.br/publicacoes/estados-nao-querem-abandonar-substituicao-tributaria-que-gera-36-do-icms-recolhido/>>, acessado em 01 de setembro de 2020.

ANJOSDOBASIL.NET. **O que é um investidor anjo**. Disponível em <<https://www.anjosdobrasil.net/o-que-e-um-investidor-anjo.html>>, acessado em 31 de agosto de 2020.

BEUREN, Ilse Maria. RAUPP, Fabiano Maury. **Programas oferecidos pelas incubadoras brasileiras às empresas incubadas**. RAI - Revista de Administração e Inovação, vol. 6, núm. 1, 2009, pp. 83-107, Universidade de São Paulo: São Paulo, Brasil.

BRASIL, LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. [Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

EISENHARDT, Kathleen M. **Agency theory: An assessment and review**. Academy of management review, 1989, 14.1: 57-74.

FONSECA, João José Saraiva da. **Apostila de metodologia da pesquisa científica**. João José Saraiva da Fonseca, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GLOBO.COM. **Simples muda a economia de um país**. Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Publicidade/Simples-Nacional/noticia/2017/01/simples-muda-economia-do-pais.html>>. Acesso em 05 de fevereiro de 2018.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael. **Qualitative data analysis: An expanded sourcebook**. sage, 1994.

NFEDOBASIL.COM. **Resumo dos objetivos e benefícios do Simples Nacional**. Disponível em: <<http://www.nfedobrasil.com.br/2014/08/resumo-dos-objetivos-e-beneficios-do-simples-nacional/>>. Acesso em 29 de janeiro de 2018.

PORTALTRIBUTARIO. **Restituição de valores pagos**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/inss-patronal-restituicao-valores-pagos.htm>>. Acesso em 22 de fevereiro de 2018.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso em 29 de janeiro de 2018.

SER-PB. **Substituição tributária**. Disponível em: <<https://www.receita.pb.gov.br/ser/info/produtos-substituicao-tributaria>>. Acesso em 15 de fevereiro de 2018.

SIMPLES NACIONAL. **Comitê gestor aprova a Resolução 135 e a Recomendação 7** -28/08/2017. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/Noticias/NoticiaCompleta.aspx?id=415ad600-7d43-4e55-971b-55df99e95ef3>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

SIMPLES NACIONAL - **Vantagens**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/tributos/simples.html>>. Acesso em 02 de fevereiro de 2018.

SOARES, André Fausto. **INSS Patronal**: Restituição de Valores Pagos (2013). Disponível em: <http://www.portaltributario.com.br/artigos/inss-patronal-restituicao-valores-pagos.htm#:~:text=INSS%20PATRONAL%20%2D%20RESTITUI%C3%87%C3%83O%20DE%20VALORES%20PAGOS&text=A%20Seguridade%20Social%20%C3%A9%20financiada,virtude%20do%20contrato%20de%20trabalho,> acessado em 02 de setembro de 2020.

SOUSA, Rodrigo Leme Dias. FRANCO, Aline Gabriele Santos, et al. **Contabilidade tributária simples nacional**: teórica Simplificação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acessibilidade 67, 114, 149, 279, 281, 284, 286, 287, 288, 289, 290

Acesso à Informação 279, 281, 282, 285

Ações 8, 12, 19, 23, 24, 28, 31, 38, 42, 45, 47, 48, 49, 54, 56, 61, 73, 74, 105, 109, 114, 116, 117, 118, 121, 122, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 182, 183, 200, 206, 214, 215, 217, 219, 220, 225, 227, 229, 232, 234, 235, 236, 237, 239, 243, 247, 280, 282, 285, 293, 314

Alterações 83, 92, 93, 101, 126, 256

Análise Bibliométrica 185

Aquisições 34, 35, 36, 37, 38, 39, 49, 50, 85

Asociación Agrícola 128, 130

B

Baixa Escolaridade 96, 103, 105

Bibliotecas Universitárias 279, 280, 281, 283, 290, 291

Blogs 292, 293, 296, 298, 299, 300, 301, 303, 304, 305, 306

C

Caracterização do Trabalho 143

Ciência 3, 14, 47, 51, 71, 72, 96, 126, 186, 195, 211, 230, 240, 250, 291, 305, 306, 308, 312, 315, 320

Colaboradores 28, 34, 36, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 119, 120, 174, 185, 237, 264, 300

Comercio Exterior 128, 131

Construção do Conhecimento 292, 295, 296, 301, 303, 306

Consumo Consciente 213, 219, 220, 222, 223, 225, 226, 227, 229, 230

Contabilidade 68, 69, 70, 71, 72, 76, 79, 81, 83, 85, 89, 95, 124, 294, 311, 319

Controladoria 10, 51, 59, 66, 70, 71, 72, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 169, 320

Cultura Organizacional 10, 34, 39, 40, 42, 43, 50, 235

D

Desempenho 4, 10, 17, 25, 29, 34, 35, 39, 54, 55, 56, 57, 58, 67, 68, 69, 72, 74, 99, 125, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 235, 243, 247, 249, 250, 259, 271, 284, 297

Desenvolvimento de Produtos 1, 5, 10, 111

Desvantagens 8, 83, 91

Dificuldades na Gestão 96, 97, 98

E

Eletrrodomésticos 1

Empreendedores 16, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 116, 120, 121, 122, 125, 252, 274

Ensino de Administração 308, 310, 311, 319

Estratégia de Empresas 34

Estratégia Organizacional 15, 30

F

Fusões 34, 35, 36, 37, 38, 39, 49, 50

G

Gestão de Pequenas Empresas 96, 102

Globalização 15, 18, 19

Governança Corporativa 10, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 77

I

Indústria de Calçados 10, 51, 52, 59, 66

Internacionalização 10, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 57, 67

Investigação Científica 308

L

Letramento Informacional 279, 283, 290

Liderança 36, 39, 45, 54, 99, 199, 271, 272

M

Mapas Conceituais 292, 293, 296, 297, 298, 299, 301, 302, 303, 305, 306

Marketing Empreendedor 108, 109, 110, 111, 114, 115, 117, 121, 122, 123, 127

Microempresa 94, 101, 106, 111, 112, 113, 115, 118, 119, 120, 121, 122

Modelo Canvas 231

O

Organizações 10, 2, 4, 5, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 22, 27, 34, 35, 41, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 68, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 105, 109, 126, 146, 161, 184, 185, 195, 209, 210, 215, 216, 229, 230, 232, 233, 236, 237, 239, 242, 247, 253, 271, 272, 280, 310, 313, 314, 319

P

P&D 1

Planejamento Estratégico 14, 73, 231, 235, 248, 249, 250, 252

PMBOK 1, 2, 4, 9, 14

Possibilidade 8, 31, 35, 39, 84, 114, 149, 163, 167, 168, 170, 171, 176, 177, 178, 182, 183, 190, 224, 225, 240, 243, 287

Probabilidade 163, 166, 168, 170, 171, 176, 179, 180, 182, 183

Processo Decisório 64, 65, 67, 72, 75, 81, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 174, 177, 180, 181, 182, 183, 184

Productos Agrícolas 128, 129, 130, 131, 132, 139, 140, 141

Psicodinâmica 143, 144, 145, 147, 149, 150, 158, 159, 160, 161

Q

Qualidade de Vida no Trabalho 185, 186, 187, 189, 190, 191, 194, 196, 197

R

Racionalidade 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 176, 177, 182, 183, 184

Redes 27, 31, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 126, 261, 280

S

Secretário 199, 200, 203, 204, 206, 208, 209

Setor Automobilístico 213, 214, 215, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 226

Setor Bancário 10, 34, 35, 49, 50

Simples Nacional 10, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 101, 103, 106, 107, 117, 126

Sistema de Informação 80, 292, 293, 297, 303

Sustentabilidade 57, 60, 62, 77, 105, 197, 199, 200, 204, 206, 208, 209, 210, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 235, 236, 237, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 253, 264

T

Tecnologia da Informação 97, 102, 196, 273, 292, 293, 305

Tributos 83, 84, 85, 87, 88, 95

Turismo 143, 144, 149, 158, 160, 161

U

Usabilidade 279, 281, 283, 284, 286, 287, 288, 289, 290

V

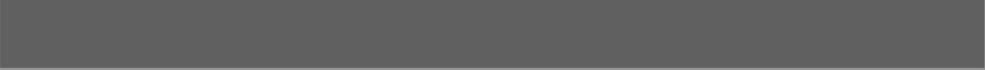
Vantagens 2, 8, 13, 18, 19, 29, 31, 35, 83, 84, 95, 237, 296, 298, 300, 303, 309, 310, 313, 316, 317, 318, 319

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Administração de Empresas: Estratégia e Processo Decisório 2

Atena
Editora

Ano 2020

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Administração de Empresas: Estratégia e Processo Decisório 2